

OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO E A CRISE ECONÔMICA NACIONAL¹

Yara Maria Chagas de Carvalho²

RESUMO

Este artigo faz parte de um programa de trabalho voltado a analisar se existe uma tendência de intensificação do fluxo migratório urbano-rural, em períodos de crise econômica. Apresenta uma revisão bibliográfica sobre a questão agrária brasileira após a "modernização conservadora", e volta-se para o estudo da migração para os assentamentos. Foram estudados quatro assentamentos. Dois deles foram organizados com base no Plano de Valorização das Terras Públicas do Governo Estadual e outros dois a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária. Foram feitos dois levantamentos de dados: o primeiro em 1990 e o segundo em 1992. Estes assentamentos diferem em termos do seu tempo de existência, de sua condição econômica, da atividade predominante na região que o circunda, assim como em relação à aptidão agrícola do solo. Estes elementos são os fatores explicativos relevantes para os comportamentos diferenciados encontrados.

Palavras-chave: migração urbano-rural, assentamentos de reforma agrária, questão agrária.

THE AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS AT THE STATE OF SÃO PAULO AND THE NATIONAL ECONOMIC CRISIS

SUMMARY

This paper belongs to a "working program" concerned with the migration to rural areas as an answer to the economic crises. It starts with a review about the Brazilian agrarian issues after the great technological transformation that occurred during the seventies. It then analyses whether the national economic crises are leading workers, excluded from the labor market, to look for land on the reformed areas as a working or as a living place. Four reformed areas were studied: two of them were organized through the State Government: Plano de Valorização das Terras Públicas, and two through the National Government: Plano Nacional de Reforma Agrária. Two field surveys were accomplished. The first one was realized in 1990 and the second in 1992. These areas are different in terms of their existence period, economic conditions and surrounding area, as well as of soil and climate characteristics. These aspects were proved to be important factors to explain the different behaviours observed.

Key-words: urban-rural migration, agrarian reforms settlements, agrarian issue.

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho é o primeiro produto de um programa de trabalho intitulado "Reforma Agrária, uma necessidade econômica?" A proposta do programa é, através de pesquisa empírica, detectar se, em função da crise da economia brasileira, a dificuldade de obtenção de emprego urbano e o alto custo de vida da cidade têm levado parte da população a voltar à área rural, quer seja em busca de trabalho, quer como local de moradia.

O objetivo específico é identificar, a respeito destes que retornam ao campo, seu perfil individual e familiar, a causa da migração e a característica do estabelecimento que os recebe, identificando a forma pela qual conseguem acesso à terra: pela compra, arrendamento, parceria, ocupação ou como membro da família já estabelecida.

Pretende-se investigar, através de casos concretos, se há algum comportamento predominante que poderia ser interpretado como uma estratégia da população desempregada que, de outra forma,

engrossaria ainda mais o mercado informal de trabalho, nas áreas urbanas. Se este contingente populacional viesse a pressionar, por recursos, o sistema previdenciário, viria a demonstrar a inviabilidade econômica do atual modelo de acumulação, através do agravamento da crise financeira do Estado.

Interessa saber, mais especificamente, se se pode encontrar aí um argumento econômico em defesa da reforma agrária, isto é, se a pequena produção, em geral, e as unidades reformadas, em específico, têm o papel de absorver esta população expulsa pela crise quer seja de forma integral como local de moradia e trabalho, quer seja parcialmente apenas como local de moradia. Neste último caso, ao permitir a redução dos custos variáveis das empresas e, em ambos, criando condições mais propícias à viabilização financeira do Estado, levariam à ampliação da massa de lucro que atuaria no sentido de gerar a taxa de acumulação necessária ao padrão de desenvolvimento, que se quer perseguir mas que é incompatível com as necessidades de reposição do total da força de trabalho. Esta é a concepção teórica que fundamenta a hipótese do trabalho.

Há que se considerar que a infra-estrutura social existente nas cidades tende a levar cidadãos a aceitar padrões bastante baixos de consumo de alimentos, habitação e qualidade de vida. A resistência em voltar ao campo é grande e pode de fato não ocorrer mesmo quando as condições necessárias para a reprodução da força de trabalho não sejam satisfeitas. A violência, as condições de saúde e a taxa de mortalidade sugerem isso.

Os projetos deste programa referem-se a:

a) áreas de assentamento, objeto deste estudo;

b) acampamento dos "sem-terra";

c) estudo econométrico que analisará a influência da crise econômica na expansão do número de contratos e da área usada em arrendamentos e parceria. As informações serão obtidas do levantamento objetivo da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e do Instituto de Economia Agrícola (CATI/IEA) a partir de 1970; e

d) estudo a partir de uma amostra dos estabelecimentos do Estado de São Paulo.

A revisão bibliográfica apresentada tem como objetivo situar o debate teórico que envolve

esses quatro estudos, embora somente os assentamentos sejam aqui objeto de uma análise empírica.

2 - O PROBLEMA AGRÁRIO NO BRASIL PÓS-MILAGRE

O debate sobre a questão agrária no Brasil nos anos 60 se voltava para a discussão sobre o caráter feudal ou pré-capitalista das unidades produtivas agrícolas. A abordagem estruturalista detectou a incapacidade do setor de expandir a produção como resposta aos estímulos da crescente demanda. Isso foi interpretado como uma das causas básicas da inflação. Nesse sentido, não só os possíveis beneficiários reivindicavam sua implantação como recebiam também o "apoio" do setor urbano industrial.

A "modernização" da agricultura, realizada principalmente através de uma política de crédito subsidiado, ampliou o mercado de insumos e equipamentos agrícolas ao mesmo tempo que estimulou a expansão das áreas plantadas e o aumento da produção. Dessa forma, a realidade encarregou-se de demonstrar a ilusão teórica e mostrou a necessidade de rever o marco teórico das discussões sobre a questão agrária no Brasil.

Em Rumos da Política Fundiária, RIBEIRO (1980) caracterizou o problema fundiário brasileiro pós-Estatuto da Terra e pós-milagre. A maior concentração fundiária traduz-se pela incorporação de novos latifúndios aos velhos, sob o controle do capital industrial e financeiro, principalmente as grandes empresas multinacionais. Ocorreu a "farmerização", em algumas regiões, acompanhada da minifundização, de alterações na estrutura de ocupação da força de trabalho, da intensificação do fluxo migratório e do aumento das tensões sociais ligadas à posse e uso da terra.

O debate sobre a questão agrária brasileira, a partir de meados dos anos 70, parte desta realidade. A grosso modo pode-se dizer que há cinco correntes principais: uma que enfatiza o papel da agricultura familiar no desenvolvimento capitalista dos países desenvolvidos, rejeitando, portanto, a hipótese da sua tendência ao desaparecimento; uma segunda que considera que não se pode mais falar da dicotomia rural e urbana e agricultura e indústria, uma vez que a atividade agropecuária transformou-se em um ramo

da atividade industrial dependente desta para obtenção dos insumos e para processamento de seus produtos; uma terceira que enaltece o papel da terra como ativo financeiro em uma economia dominada pela inflação; uma quarta que enfatiza a necessidade de se adotar um modelo de desenvolvimento econômico socialmente mais justo e democrático; e uma última que enfatiza que a crise econômica nacional estaria causando uma Reforma Agrária de fato.

Um ponto de consenso entre os diversos autores é a constatação da grande diferenciação que se processou no campo e as características regionais do problema agrário brasileiro que levam à necessidade de formular não uma única política mas sim uma estratégia diversificada, voltada ao beneficiário e não aos produtos.

Esta breve revisão está baseada, fundamentalmente, nos artigos publicados na revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), complementada por textos de alguns autores que ajudam a mapear os diversos enfoques existentes.

2.1 - Modernização Integradora

Esta abordagem prioriza a produção familiar como objeto central de análise. Salientam-se as contribuições de Abramovay e Veiga.

ABRAMOVAY (1993) refuta o uso da expressão "industrialização da agricultura" e enfatiza que o estudo da estrutura social do desenvolvimento capitalista das nações centrais mostra que a unidade familiar de produção foi, historicamente, a base da modernização da agricultura. Para esse autor, a perda do paradigma da funcionalidade da pequena produção é a responsável por esta nova visão do agro, que rejeita a produção familiar, como unidade de análise. Ainda, para esse autor, a questão fundamental para a compreensão do agro hoje é entender porque a produção familiar persiste e se mantém nos países desenvolvidos.

VEIGA (1991) faz uma análise histórica do setor nos países desenvolvidos e conclui que durante o grande impulso do desenvolvimento capitalista (de meados da década de 1930 ao início da década de 1970) foi a agricultura familiar que acabou se afirmando em todos os países do chamado "primeiro

mundo". No campo teórico busca argumentação, para explicar a "permanência" da pequena produção, no trabalho de Cochrane, que tem seu esquema explicativo popularizado através da imagem do "treadmill"³. Usando a concepção Schumpeteriana de introdução da inovação tecnológica em um quadro em que o governo introduz uma política de sustentação de preços para garantir alimento barato aos consumidores, conclui que um maior número de produtores consegue garantir a obtenção de lucro aumentando a concorrência pela aquisição dos ativos fundiários daqueles que não introduziram a inovação em tempo hábil. Isso gera um aumento do preço da terra, que onera os custos de produção fazendo com que a taxa de lucro do setor agrícola seja menor do que a dos demais setores. O produtor familiar aceita esta situação trocando renda corrente por maior renda futura.

Essa política "pode estabelecer tratamento diferenciado aos vários ramos do setor, engedrando diversos ritmos de progresso tecnológico e diversos níveis de sustentação de preços" (VEIGA, 1991). Essa política vem acompanhada, no caso dos países desenvolvidos, de políticas viabilizadoras da produção familiar que vão da pesquisa à organização dos mercados, passando pelas mais diversas formas de assistência técnica, financeira, educacional, previdenciária, habitacional, etc.

MARTINS (1975) considera que a questão agrária deve ser analisada através da identificação dos problemas agrários definidos no sentido sociológico de "ausência de continuidade entre componentes da estrutura social ou no sentido de conflitos entre setores da sociedade". O primeiro problema seria o rompimento da combinação entre relações de trabalho e produção direta pelos próprios trabalhadores, dos seus meios de vida. Processo acentuado a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. O segundo problema refere-se a sobreposição da frente pioneira sobre a frente de expansão, dando origem à crise social nas áreas rurais. As respostas a esta crise são: migração para as áreas da frente de expansão, migração para as cidades e explosão dos movimentos sociais na área rural, geralmente ligados à proposição da reforma agrária.

QUEDA (1980) salienta que "é certo que a moderna tecnologia está intimamente comprometida com a agricultura capitalista do grande capital,

que controla o mercado de máquinas, adubos, fertilizantes, sementes, etc.; mas também é verdade que o que impede o aproveitamento da moderna tecnologia não é exatamente a sua escala de produção mas sim aquelas mesmas relações capitalistas que a resistência popular ao capital desafia". Enfatiza que ... "um aumento da produtividade e da produção pode ser obtido através da associação, que é indispensável com um certo desenvolvimento das forças produtivas, tanto no que toca à cooperação no trabalho, como na incorporação de novas técnicas e meios de produção superiores".

2.2 - Complexo Agroindustrial

Entre os autores que enfatizam os Complexos Agroindustriais é importante salientar a contribuição de MULLER (1989), que analisando os dados do censo de 1980 a partir do valor acrescentado, mostra a evolução do Complexo Agroindustrial (CAI) e o seu papel determinante na evolução da agricultura brasileira.

SORJ (1980) mostra como a atividade agrícola se organiza na sua relação com a indústria, definindo a categoria Complexo Agroindustrial. SORJ (1978) enfatiza que a agricultura é um ramo da produção industrial que está profundamente articulada com esta e assim desconsidera a existência de uma questão agrária.

BRANT (1980) salienta que para recuperar a questão agrária no "pós-milagre" é necessário compreender duas questões centrais das relações entre as classes do Brasil contemporâneo:

1) que as relações de dominação e exploração não se dão nem exclusivamente nem principalmente em cada unidade produtiva. As relações entre as classes exploradoras e o poder estatal não se restringem apenas à necessidade de se apoiar na força mas, principalmente, nos interesses de gestão econômica; e

2) que não há mais contorno nítido entre o rural e o urbano. Que a sobrevivência das classes trabalhadoras está freqüentemente associada a "estratégias" que combinam, no âmbito dos grupos domésticos, diversas formas de rendimentos e de posição de ocupação. Além disso, no âmbito mais

geral da sociedade, os interesses das classes trabalhadoras encontram um terreno de unificação tanto diante da "integração" da economia como diante do poder de decisão centralizado no estado".

LOPES (1980) salienta que a unificação do mercado de trabalho rural e urbano e não a sua tecnificação é o fator responsável pela não identificação da pequena produção, em São Paulo, com bolsões de pobreza.

Esta perspectiva põe em evidência a tendência da área rural transformar-se em local de moradia para trabalhadores urbanos e a tendência do trabalho agrícola transformar-se em *part time*.

GRAZIANO DA SILVA (1993), em seu trabalho mais recente, propõe que a visão da "modernização incluínte", ou integradora, como se denomina neste texto, e a do Complexo Agroindustrial são convergentes e conciliáveis no plano da formulação de uma política agrária.

MARTINS (1975) analisa o grau de penetração do capital na agricultura brasileira. Salienta quatro pontos como sendo os principais aspectos que caracterizariam as dificuldades encontradas pelo capital:

a) O papel determinante que assume a propriedade da terra. A concentração da terra é menor que a da renda. Há maior acesso a outras formas de riqueza. A propriedade da terra muitas vezes tem objetivo especulativo.

b) A persistência pela busca da terra, de trabalho e a recriação da pequena produção. Esta última revela-se importante em termos do produto gerado.

c) A pequena produção viabiliza-se permitindo um alto grau de exploração da força de trabalho e o rebaixamento dos salários. Estimula, dessa forma, a manutenção dos baixos níveis de capitalização que se observa na agricultura brasileira.

d) Os instrumentos de política agrícola só foram eficazes com algumas culturas especiais e regiões privilegiadas. Não há uma transformação dinâmica, auto-sustentada. Ocorre sim uma modernização induzida de pesados custos sociais e que só vingam pelo amparo do Estado.

Nesse contexto, aquele autor caracteriza a questão agrária no Brasil pela existência limitada de uma classe proletária, plenamente constituída, na agricultura nacional. Como esta não é predominante

no País, a reforma agrária deve ser pensada como uma medida para acelerar o desenvolvimento das relações capitalistas, não uma reforma agrária que forme contingentes de pequenos proprietários para servirem de mão-de-obra barata, mas sim, uma que quebre o monopólio da terra e elimine o latifúndio. Nesse sentido, critica a visão de que a reforma agrária já se mostrou desnecessária, pela expansão da produção.

MARTINS (1975) enfatiza, ainda, que nos períodos de crise da economia brasileira, há o ressurgimento da questão agrária. Com o fechamento da fronteira e a valorização acelerada da terra, a questão agrária é colocada novamente na ordem do dia.

GRAZIANO DA SILVA (1987) propõe-se a demonstrar como a visão sobre o problema agrário no País foi se alterando, desde os anos 50. "As reivindicações camponesas se expressavam, nessa época, através de lutas intensas e disseminadas em todo o território nacional, e encontravam o apoio da burguesia industrial que visava, antes de tudo, resolver a questão agrícola. Buscavam o aumento da produtividade mas incorporavam algumas demandas sociais que poderiam representar crescimento de mercado interno para seus produtos".

A "modernização" da agricultura, que caracterizou os anos 70, rompeu o apoio deste segmento à reforma agrária. Esta deixou de ser vista como uma necessidade econômica, embora os resultados perversos desta "modernização" tenha servido de estímulo à organização dos movimentos sociais pela reforma.

A tese central do autor, ainda no texto citado, é que dado o avanço do capitalismo e a decorrente intensificação do processo de diferenciação da estrutura social no campo, não é mais possível pensar as políticas para o setor agropecuário em "bloco ou por produto". É necessário reconhecer a heterogeneidade da nova estrutura agrária e conseqüentemente a diversidade das necessidades e reivindicações das categorias aí presentes. É necessário definir novos instrumentos de política voltados a grupos específicos.

A ruptura da aliança dos trabalhadores rurais com a burguesia industrial não tem suas causas só na mudança de posição desta última. Os primeiros também definiram, com maior clareza, o

objetivo da sua luta pela terra: "não se trata apenas de atacar o latifúndio improdutivo mas toda e qualquer propriedade capitalista da terra, inclusive mesmo as modernas empresas rurais". Esta nova proposta ultrapassa os marcos legais existentes e "sua abrangência extravasa os muros do próprio regime capitalista". Mas não há que se olvidar a fragilidade do sindicalismo rural no País apesar da sua crescente estruturação.

De uma forma sucinta poderia se afirmar que, o autor identifica, com base nestes textos, a questão agrária no País em função da penetração do capital no meio rural não ter causado ainda a total proletarização do trabalhador. Esta questão, entretanto, estaria associada a um problema social e não econômico que justificasse a realização de uma reforma agrária no País.

GRAZIANO DA SILVA (1993) enfatiza a importância em se pensar o problema agrário brasileiro a partir da perspectiva dos complexos agroindustriais o que torna inócuo o corte agricultura/indústria, rural/urbano, burguesia agrária/burguesia industrial. Dentro deste novo programa o próprio aparelho do Estado tem que ser repensado uma vez que "... passa a ser literalmente apropriado, não apenas pela burguesia enquanto classe proprietária dos meios de produção, mas por grupos de interesse específico deste ou daquele ramo de atividade, forçando uma balcanização (ou feudalização) do próprio aparelho governamental".

Em termos da estrutura produtiva agrícola o CAI é altamente excludente tanto em termos de regiões do País como de produtores e se caracteriza por um processo crescente de subordinação do trabalho ao capital. Isso significa uma aceleração do processo de diferenciação, gerando, de um lado, a crescente proletarização e simultaneamente a recriação de unidades familiares e, de outro, uma "farmerização" sob crescente subordinação.

Em função das maiores exigências de qualificação da mão-de-obra, da redução da sazonalidade do trabalho devido à mecanização da colheita e do crescimento das atividades administrativas realizadas por profissionais liberais, deve ocorrer uma ampliação do crescimento relativo da categoria trabalhadores permanentes, em relação ao temporário, consolidando a nova direção já assinalada nos anos 80.

2.3 - Terra como Ativo Financeiro

RANGEL (1977) acentua a constante presença dos latifundiários na condução da política nacional.

Nessa perspectiva, analisa a questão da propriedade da terra. Considera que na agricultura capitalista a organização do sistema não se baseia no controle da terra livre como no regime feudal, mas sim no diferencial entre produtividade do trabalho na exploração capitalista e nas condições da pequena exploração individual. Isto leva ao investimento crescente em tecnologia. Assim, o grupo dos latifundiários segmenta-se entre velhos e novos, mesmo que ambos desfrutem das vantagens advindas do oligopólio fundiário, o fazem de forma diferenciada. Isso o leva a afirmar que: "nas condições de valorização da terra, o capitalista agrícola não poderá senão começar a encarar a terra excedente como um investimento improdutivo, tendente portanto, a deprimir a taxa de lucro". Haveria, desta forma, mecanismos intrínsecos que garantiriam o uso produtivo da terra.

RANGEL (1978) faz uma análise da crise econômica nacional e considera que o principal problema está na ruptura entre os setores dinâmicos da economia que operam com capacidade ociosa: construção e metalurgia, caracterizados como poupadores e aqueles que estão sendo obrigados a realizar investimentos: indústrias e serviços públicos. Nesse sentido, torna-se necessária uma reforma no sistema financeiro. Considera que a terra há muito, no Brasil, é uma mercadoria portadora de um preço que passou a ter a função de reserva de valor. Desta forma, tanto os latifúndios como os "latifúndios capitalistas" e as propriedades menores passam a ter caráter predominantemente especulativo. Esta classe, embora já apresente fortes sinais de divisão interna, mantém ainda o poder político mesmo que já ameaçada por seu sócio menor: a burguesia industrial. A ruptura interna da classe dos proprietário de terra terá que se aprofundar antes que este novo poder hegemônico se consolide.

2.4 - Modelo de Desenvolvimento Alternativo

RIBEIRO (1980) defende que a reforma agrária poderia ser uma alternativa importante na

superação da crise que já se manifestava em termos de inflação e arrefecimento do crescimento econômico em geral. Retoma o argumento da inelasticidade da oferta de produtos agrícolas em geral, e os de subsistência em particular, como a causa da inflação. Acrescenta que as restrições creditícias já afetavam o setor de máquinas e implementos, comprometendo a possibilidade de crescimento econômico através da ampliação do mercado na agricultura.

Uma política de reforma agrária, ao invés de um receituário monetarista, "permitiria a alocação de terras desapropriadas, através de títulos da dívida pública, ao setor que justamente é o maior produtor dos bens tradicionais de subsistência. Em segundo lugar ela poderia criar condições para que a produção do setor 'reformado' fosse realizada com técnicas de produção intensivas em trabalho e usando menos insumos modernos, possibilitando assim uma redução dos fluxos financeiros para a agricultura além de manter parcelas significativas da força de trabalho, nas áreas rurais, evitando o agravamento da marginalidade urbana" RIBEIRO (1980). Apesar de questionar a viabilidade de sua implantação, argumenta que a criação de um setor "atrasado" seria talvez fundamental para a superação da atual crise sem passar pela recessão econômica e retrocesso político.

GUIMARÃES (1977) ressalta que o governo militar apresentou, em 1964 e 1968, duas estratégias de desenvolvimento rural distintas. A primeira apoiava-se na multiplicação da propriedade agrária e na transformação da maioria dos trabalhadores rurais em camponeses médios. A segunda propunha "a transformação de uma minoria de latifundiários tradicionais em 'modernos' mediante a injeção de certa dose de progresso técnico, para com eles formar-se um enclave capitalista, dentro da sombria paisagem que continuaria inalterada, de uma estrutura agrária arcaica, geradora e mantenedora da miséria geral". Nesta perspectiva, a possibilidade da reforma agrária no Brasil se coloca em termos da escolha do modelo de desenvolvimento que se queira para o País.

GUIMARÃES (1978) faz uma avaliação das condições de rentabilidade da agricultura capitalista nos países desenvolvidos. Conclui que há uma consciência crescente da incompatibilidade entre a propriedade privada e o desenvolvimento capitalista da agricultura. Diante da inviabilidade crescente da

agricultura capitalista, baseada nas técnicas químicas e mecânicas, sugere que se opte por uma estratégia rigorosamente adequada às condições brasileiras. Essa estratégia deveria incluir reforma agrária e teria que incorporar a questão ambiental.

PRADO JUNIOR (1977) identifica as conseqüências imediatas da formação histórica do País enfatizando os "níveis ínfimos das condições materiais e espirituais da massa da população". A imensa miséria permanente da massa dos trabalhadores rurais que obstaculiza o desenvolvimento nacional e promove o inchamento das cidades é o fruto desta formação histórica. A reforma agrária seria o único instrumento capaz de alterar este quadro porque não haveria possibilidade de lograr carrear recursos externos suficientes para promover o desenvolvimento do País e a melhoria das condições de vida para a massa da população nacional.

PAIVA (1977), utilizando o conceito desenvolvido por ele de mecanismo de auto-controle, considera que o setor agrícola dos países em desenvolvimento não poderá alcançar a ampla difusão da modernização. Parte dos agricultores terá que se manter tradicional até que o setor não agrícola cresça o suficiente para absorver a mão-de-obra que seria liberada.

Considerando esta conclusão como ponto de partida, o autor afirma ser imprescindível que o País amenize o problema da pobreza, sem comprometer o desenvolvimento, e que o Estado transfira renda para este segmento. Uma das formas seria através da reforma agrária parcial em áreas aptas em desuso.

2.5 - Crise Econômica Nacional e a "Reforma Agrária Espontânea"

A caracterização da questão agrária brasileira, com base no Censo Agropecuário de 1985, realizada por SAMPAIO & GRAZIANO DA SILVA (1987/88), põe em evidência que a crise econômica nacional levou ao aumento do pessoal ocupado em áreas de até dez hectares, exceto em São Paulo; e que cresceu mais o número de estabelecimentos do que a área. O índice de Gini manteve-se constante no período 1975/85. Entre proprietários e ocupantes houve uma redução da área média e grande expansão dos parceiros tanto em termos de área ocupada como

em número de estabelecimentos. Nas Regiões Nordeste e Sudeste (exceto São Paulo) expandiram-se os pequenos parceiros, enquanto nas Norte e Sul (inclusive São Paulo) são os grandes que se destacam.

Este quadro geral salienta a importância de uma análise empírica sobre a relação entre crise econômica e possibilidade de ocupação no meio rural. O caso de São Paulo parece ser uma situação extrema em que a experiência de trabalho urbano e o grau de modernização da agricultura atuam no sentido de tornar mais tênue esse vínculo.

ROMEIRO (1991) salienta que nenhuma das correntes da teoria econômica é capaz de analisar o problema do emprego nas economias subdesenvolvidas, nas quais não é a atração da cidade mas a expulsão do campo que explica o emprego. Neste caso, seria a própria agricultura que teria melhores condições de garantir o emprego, especialmente nos momentos de crise. Esta argumentação é alimentada pelo que ocorreu no primeiro quinquênio dos anos 80. Citando Guilherme L. da Silva Dias, aquele autor mostra que a evolução da produção nesses anos foi acompanhada de aumento na produtividade por área e pessoal ocupado enquanto os preços recebidos pelos agricultores mostravam tendência ao declínio. Salienta também que a redução do crédito agrícola, o desestímulo à pecuária extensiva e a maior organização e capacidade de ação dos trabalhadores rurais parecem ter levado à redução do uso especulativo da terra. O autor deixou de considerar o possível impacto do lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); a paralisação de grandes projetos estatais, que empregavam mão-de-obra rural; e o problema da seca no Nordeste que levou de volta ao campo os que haviam se deslocado para as frentes de trabalho.

2.6 - A Volta ao Campo e os Assentamentos no Estado de São Paulo

A revisão bibliográfica apresentada traz alguns subsídios diretos para o tema central deste trabalho.

Várias análises sugerem a necessidade de alterar o modelo de desenvolvimento, criando através da agricultura postos de trabalho, redução da pobreza e melhores condições de vida na cidade.

A inexistência de contornos nítidos entre o mercado de trabalho rural e urbano, em função da estratégia familiar de formar seus rendimentos compondo e alternando ocupações de acordo com as ofertas de postos de trabalho e remuneração, foi enfatizada por BRANT(1980). Esta integração também reflete a atuação reguladora do Estado.

No caso específico de São Paulo enfatiza-se que a integração dos mercados de trabalho é o fator responsável pela inexistência de áreas de concentração de pobreza no meio rural. Aponta também para a tendência da área rural se transformar em moradia de trabalhadores urbanos, além do fato de o trabalho agrícola estar se tornando *part-time* (LOPES, 1980).

Os dados do Censo de 1985 levaram a estabelecer uma relação entre crise econômica e ampliação do emprego na área rural através do acesso direto à terra, embora São Paulo tenha fugido a essa regra geral (SAMPAIO & GRAZIANO DA SILVA, 1987/88 e ROMEIRO, 1991).

O estudo da realidade do Estado de São Paulo, no que concerne à questão da volta ao campo como resposta espontânea da população desempregada, reveste-se, assim, de caráter especial na medida em que os resultados encontrados refletem uma das situações menos favoráveis à hipótese do trabalho no País.

3 - OBJETIVO

O objetivo específico deste trabalho é o de avaliar se as áreas reformadas do Estado de São Paulo têm desempenhado o papel de absorver a mão-de-obra urbana que, em função da crise, busca a área rural.

Os assentamentos, em função da área reduzida, da proibição de conceder a terra para exploração de terceiros e a forte presença do Estado na área, não representam, nesta questão, a realidade rural. Acredita-se, assim, que o número de migrantes residentes no assentamento deva ser menor do que o existente nas áreas rurais não reformadas. Sendo objetivo deste programa de trabalho avaliar se um processo de reforma agrária no Estado de São Paulo geraria condições favoráveis para absorver população adicional, assim, torna-se obrigatório o estudo nesta realidade específica.

Iniciar o programa por esta etapa teve um objetivo estratégico que era o de familiarizar o pesquisador com a realidade a ser estudada, uma vez que a limitação do universo de estudo permitiu que o levantamento fosse feito por uma equipe com que se poderia manter contato direto. Isto permitiu identificar melhor as condições em que a migração se processa e gera subsídios para a elaboração dos questionários fechados da pesquisa amostral.

4 - HIPÓTESE

A hipótese deste trabalho é que as áreas reformadas, apesar das restrições existentes, são áreas de atração para a população urbana, expelida da cidade pela crise econômica. O assentamento oferece para uns uma possibilidade de trabalho enquanto para outros é apenas um local de moradia.

5 - METODOLOGIA

O levantamento de dados nos assentamentos foi realizado em quatro áreas, escolhidas sob dois critérios:

- 1) nível de desempenho e
- 2) arcabouço legal que lhe deu origem.

Assim, foram escolhidos dois projetos criados com base no Estatuto da Terra e Plano Nacional de Reforma Agrária: São José I e Esmeralda, e dois com base no Plano de Valorização das Terras Públicas, Pirituba II área I e Araras I. Em cada caso, um representando os de melhor e outro os de pior desempenho, em termos econômicos.

Foi realizado um primeiro levantamento no segundo semestre de 1990, repetido para os mesmos beneficiários, em 1992.

O levantamento de 90, mantido em 92, não foi uma amostra aleatória porque o objetivo era ter representatividade em termos de quatro categorias de experiência agrícola anterior dos assentados, aspecto irrelevante para os objetivos deste trabalho.

Foram levantados 100% dos beneficiários do assentamento de Araras, 48% de Pirituba II, 52% de São José I e 42% de Esmeralda. Caracteriza-se, portanto, como um estudo de caso, nos três últimos assentamentos.

No primeiro levantamento foram indagados sobre a vinda de parentes ou amigos desde sua entrada no lote. No último levantamento, foram obtidas informações sobre alterações na composição familiar residente no imóvel e sua forma de inserção no mercado de trabalho. Foram indagados sobre a vinda de parentes ou amigos para trabalhar ou residir no lote nos anos de 1991 e 1992. A questão sobre arrendamento comercial ou compra foi evitada porque, sendo sua proibição reforçada pelos técnicos do Departamento de Assuntos Fundiários (DAF), a qualidade da resposta seria duvidosa.

Os assentamentos escolhidos diferem-se entre si em termos do tempo de criação, localização geográfica, distância de centros urbanos e desenvolvimento econômico da área circundante. Como estes são importantes fatores explicativos das respostas obtidas, a análise dos dados levantados não pode prescindir de uma caracterização dos municípios próximos, assim como de uma caracterização do assentamento.

6 - A CRISE ECONÔMICA E OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Os assentamentos visitados foram:

- Araras, no município com o próprio nome.
- Pirituba II área I, localizado no município de Itapeva. Estes foram realizados pelo Governo do Estado, com base no Plano de Valorização das Terras Públicas,
- São José, no município de Birigüi, e
- Esmeralda, no município de Pereira Barreto e parte no de Mirandópolis. Este último com base no PNRA.

Dois destes assentamentos (Araras e São José) estão localizados em áreas de "terra roxa" do Estado, em regiões de forte desenvolvimento industrial e ficam próximos, principalmente o de Araras, das sedes dos municípios. Foram considerados como os de melhor desempenho.

Os de Pirituba e Esmeralda, principalmente este último, estão mais distantes dos centros urbanos e localizam-se em regiões de solo mais pobre e em áreas do estado de menor desenvolvimento. Pirituba está localizado em uma das quatro áreas consideradas mais pobres do estado. São os assentamentos caracterizados como de pior desempenho (Figura 1).

6.1 - Assentamento de Araras

O assentamento localiza-se nas cercanias da cidade e foi iniciado em 1984. É um dos mais antigos e já se apresenta bastante consolidado. A produção básica é algodão e milho, mas há produtores produzindo mudas de laranja e limão, criando e abatendo aves, comercializando gado, que permanece no lote para venda a comerciantes varejistas.

6.1.1 - Características do município de Araras

O município de Araras dista cerca de 150 km de São Paulo. Em 1991 apresentava menos de 10% da sua população na área rural. Em 1960 havia pouco mais de 47%. O crescimento populacional tem sido, desde então, positivo e acima da média do estado, caracterizando a região como área receptora do fluxo migratório (3,23%, 1,98% e 2,72% nos anos 60, 70 e 80, respectivamente), principalmente na última década.

Em termos de valor da produção, cujos dados mais recentes a que se teve acesso são os de 1980, o município já apresentava então 72% do valor da produção gerada, proveniente do setor secundário, 20% oriundos do terciário e somente 8% do primário.

Considerando a população empregada em 1970, havia uma distribuição homogênea, entre os setores, com ligeiro predomínio do setor primário. Em 1980, o setor secundário passa a absorver o dobro do primário (40% e 20%, respectivamente) e pouco mais que o terciário (37%).

Na primeira metade dos anos 70 há evidências, pelos dados do Censo Agropecuário, que houve uma certa concentração fundiária que se estabilizou até 1985. O índice de Gini sem correção, calculado para os anos censitários do período, foi de (0,74, 0,78, 0,76 e 0,77, respectivamente). Tipificando as propriedades em pequenas (até 100 ha); médias (100 a 500 ha) e grandes (mais de 500 ha), constata-se uma redução de área no primeiro período para as propriedades pequenas e uma redução de número de estabelecimentos ao longo de todo o período para as propriedades médias, com uma redução de área, só para os primeiros cinco anos. As propriedades maiores permanecem praticamente estáveis. Desta



FIGURA 1 - Mapa da Localização Aproximada dos Assentamentos Estudados.
 Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

forma, pode-se concluir que durante o período analisado houve uma certa concentração entre as propriedades de tamanho médio.

A forma de acesso à terra através da propriedade já estava consolidada na região desde o início dos anos 70, representando 92% em termos de área e 83% em termos de número de informantes. Há um ligeiro declínio nos anos 80, voltando ao nível anterior em 1985. Este movimento parece estar ligado à expansão das culturas permanentes. O ano de 1980 indica uma expansão das áreas arrendadas, com redução dos parceiros e ocupantes, que voltam praticamente ao nível dos anos 70, em 1985.

Em relação ao uso da terra, em 1960, as pastagens cobriam cerca de 20% da área do município e as matas e culturas permanentes, cerca de 13%. As culturas temporárias assumem papel de destaque, com 44%. Em 1970, há uma certa expansão das temporárias (54,66%) com redução das pastagens mas, principalmente, das áreas de mata que caem para 7%. Em 1980 crescem as áreas de lavoura, tanto permanentes, que quase dobram (de 12% para 21%) como temporárias, com redução acentuada das pastagens (18% para 7%). Em 1985 há uma redução das permanentes a favor das temporárias. De uma forma geral, pode-se, portanto, afirmar que a tendência no período analisado é de consolidação das culturas temporárias.

Os dados de produção do levantamento CATI/IEA só estão disponíveis a partir de 1983. A atividade mais importante é a cana para indústria, que ocupa em média (1983 a 1991) 56% da área total cultivada do município, apresentando uma certa expansão até 1990.

A seguir, em importância em termos de área, está a pastagem (7,02%) crescente nos últimos dois anos que abriga um rebanho para corte e leite, de igual magnitude. A seguir estão o algodão (4,17%) e o milho (4,05%) regredindo e expandindo, respectivamente, no período analisado. Há uma produção de suínos, aves para abate de alguma relevância e ovos.

6.1.2 - Fluxo migratório no assentamento

No assentamento de Araras há quatorze

lotes sendo que, dois deles, pelo laço de parentesco e pela forma de administrar a produção, constituem-se em uma só unidade produtiva.

No primeiro levantamento, realizado em 1990, que se referia a todo o período de existência do assentamento até aquela data, somente um produtor informou ter recebido familiares vindo morar no lote. Neste caso eram os pais acompanhados de mais um homem adulto que permaneceu durante um ano, de 1987 a 1988, e voltou posteriormente em setembro de 1990, e não havia ainda ido embora quando foi feito o levantamento em outubro. A profissão do chefe da família foi caracterizada como de arrendatário ou parceiro e residiam na área urbana, quando vieram da primeira vez mas, na zona rural, na segunda ocasião, sempre no próprio estado. A causa da vinda foi a dificuldade econômica para viver na cidade. Foram embora para conseguir emprego urbano.

No segundo levantamento já não informaram a vinda de ninguém no ano de 1991 e 1992, movido por esta causa. Houve, entretanto, o caso de uma filha casada, com o marido trabalhando na cidade, que veio residir no assentamento. A justificativa foi o alto custo de vida na área urbana.

Um outro assentado informou que um filho estava montando uma oficina mecânica no lote.

As características econômicas do município, principalmente do setor secundário, e a proximidade da cidade parecem ser os fatores explicativos fundamentais do resultado obtido. É interessante notar que o município de Araras, entre os estudados, foi o que mostrou sinais mais evidentes da crise em 1989, quando se toma como critério a receita tributária municipal. Por outro lado, considerando o valor absoluto arrecadado, contata-se que é o de melhor desempenho econômico. Os valores do ICMS atestam este fato para o ano de 1992 (Tabelas 1 e 2).

6.2 - Assentamento de São José

O assentamento de São José foi implantado em 1987, com base no PNRA, e localiza-se a menos de 10 km da sede do município de Birigüi. Conta com 46 famílias beneficiadas.

TABELA 1 - Comparação da Receita de ICMS entre os Municípios, 1992

Município	Índice ¹
Araras	21.81
Birigüi	6.47
Itapeva	9.20
Pereira Barreto	1.00

¹Base: Pereira Barreto = 100.

Fonte: Secretaria da Fazenda/PRODESP.

TABELA 2 - Comparação da Receita Tributária entre Municípios, 1980, 1985, 1988 e 1989

Município	Índice ¹			
	1980	1985	1988	1989
Araras	2.84	10.65	20.43	11.00
Birigüi	-	5.20	8.21	6.08
Itapeva	1.12	2.26	6.13	7.05
Pereira Barreto	1.00	1.00	1.00	1.00

¹Base: Pereira Barreto = 100.

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1981, 1987, 1991.

6.2.1. - Características do município de Birigüi

O município de Birigüi apresentou em 1991 uma população de 75.054 habitantes. A taxa de crescimento populacional se acentuou nos anos 70, apresentando taxas bastante superiores à média do Estado e do País (1,27%, 3,82% e 3,60%), caracterizando o município como um pólo de atração para o fluxo migratório. Essa população tem forte concentração na área urbana: 94%, em 1991. Em 1960, tinha quase a metade da população na área rural (47,27%). Este número cai para 29% e 11%, respectivamente, nos censos seguintes.

Em 1980, cerca de metade do valor da produção gerada no município provinha do setor secundário, enquanto o primário era responsável por menos de 10%. Em termos da População Economi-

camente Ativa (PEA), a predominância do setor secundário faz-se também sentir (48%). Houve uma forte expansão na década anterior, uma vez que, em 1970, correspondia a simplesmente 30%. Esta expansão se deu principalmente através da redução do emprego no setor rural.

Em termos da concentração de terras, o índice de Gini apresenta, entre 1970 e 1985, um leve declínio, mas assume valores um pouco inferiores ao do estado. Considerando o tamanho da propriedade, as pequenas perdem importância em termos de área, enquanto as grandes crescem. De 1975 a 1980 as grandes perdem importância para as pequenas e médias, mas esta dinâmica é revertida no quinquênio seguinte caracterizando uma flutuação do quadro fundiário no período.

Em termos da condição de acesso à terra,

o quadro é bem estável. No período 1970 a 1985, há grande predominância dos proprietários: 80% em termos de número de estabelecimentos e 91% em termos de área. O arrendamento é a segunda forma mais importante e apresentou uma tendência a redução da área média.

Com relação ao uso da terra, em 1960, já havia um forte predomínio das pastagens (57% da área informada). Esse percentual cresce até 1980, quando atinge 72%, sofrendo um ligeiro declínio no quinquênio seguinte (69%). Essa retração parece estar associada à expansão das culturas temporárias. De 1960 a 1970 houve forte redução das culturas perenes e quase igual expansão das temporárias que passam a apresentar ligeira oscilação, nos censos seguintes.

Segundo os dados CATI/IEA, a área de pastagem, em relação à área do município, mantém-se constante até 1991 (em 73%). A principal atividade agrícola é o plantio de milho, que atinge cerca de 6,7% da área municipal, em seguida vem algodão (2,32%), arroz (1,78%) e amendoim das águas (1,47%). Estes produtos, exceto o milho, apresentam importância decrescente.

6.2.2 - O fluxo migratório no assentamento

No levantamento realizado no assentamento, em outubro de 1990, portanto três anos após sua implantação, não foi observado nenhum caso de "volta ao campo".

Já no levantamento de 1992, das 24 famílias entrevistadas, seis informaram afirmativamente ter algum parente residindo no lote (25%). Em dois casos eram homens, em idade de trabalhar, que já permaneceram pelo menos um ano no assentamento. Vieram de área rural, um de dentro outro de fora do estado. Em outros dois casos eram velhos que vieram residir por algum tempo com os familiares.

Surgiu um único caso de desemprego urbano. Está trabalhando no lote do genro mas também arrenda terra fora do assentamento. Neste caso nem o dono do lote reside aí. Todos estão na sede de um distrito próximo ao imóvel.

Houve também um caso em que uma família agregada passou a residir no lote, apesar de o chefe da família ter emprego no setor secundário.

A justificativa dada refere-se à falta de creche para permitir o trabalho da mulher, o que viabilizaria o domicílio urbano da família.

Neste assentamento as evidências são de que existe um acomodamento de pessoas no assentamento em função da incapacidade de encontrar trabalho na área rural ou por deficiências no sistema de aposentadoria e de condições apropriadas para viabilizar o trabalho feminino.

Considerando os dados de receita tributária, este município juntamente com o de Araras foram os que apresentaram maior queda de arrecadação entre os considerados. Em termos de ICMS, em 1992, a arrecadação foi menor que a de Itapeva, o que pode estar associado a problemas na coleta de dados que agrega valores mensais correntes. Como estes dados são usados para definir repasse ao município as finanças públicas locais foram de fato afetadas negativamente. Desta forma, existiam as condições de crise na economia externa ao assentamento, mas mesmo assim não se observou um movimento urbano/rural, em função de desemprego.

6.3 - O Assentamento de Pirituba II Área I

O assentamento de Pirituba foi implantado em 1984, com base no Plano de Valorização das Terras Públicas, e localiza-se no município de Itapeva, na região sudoeste do estado, distante cerca de 250 km de São Paulo.

6.3.1 - Características do município

A população de Itapeva, em 1991, era de 81.715 habitantes, mais do dobro da existente em 1960. Durante os anos 60 o município apresentou uma taxa de crescimento populacional de 3,93%, na década seguinte, apresentou um crescimento abaixo da média estadual, caracterizando-se então como uma área de expulsão da população. Esta tendência foi revertida nos anos 80.

Em 1960 a população distribuía-se entre rural e urbana de forma quase homogênea, com ligeiro predomínio da residente na área rural (51,68%). Em 1970 há a reversão da importância, mas ainda próxima de uma distribuição equitativa (43,29% na área rural). Em 1980 já há um predomí-

nio da população urbana (68%) que se consolida nos anos 90 (71,26%).

Este município, em relação aos anteriores, apresenta uma maior importância relativa do setor primário. Em termos de valor da produção, em 1980, 21,7% provinham deste setor. O setor secundário (41,6%) e o terciário (36,7%) têm importância semelhante. A população empregada no setor primário (38%) ficou, em 1980, bastante próxima a encontrada no terciário (36%). Este mesmo quadro ocorria nos anos 70.

Isso confere à agricultura uma maior importância para a economia do município e atesta a importância dos serviços que devem atender também aos municípios vizinhos.

Em termos de distribuição fundiária, o Índice de Gini reflete um grau de concentração acima da média estadual e foi o maior encontrado entre os municípios analisados. Isto ocorre porque, apesar da importância numérica dos estabelecimentos pequenos (90% do total em 1985), os grandes detêm quase metade da área do município (50%). Considerando a classificação anterior de pequena, média e grande propriedade, pode-se dizer que houve entre 1960 e 85 uma ligeira tendência de expansão das propriedades pequenas e médias, através da expansão da área média desses estabelecimentos. Este efeito parece ter sido mais forte entre as médias.

Em 1970, o acesso à terra pela propriedade predominava em termos de área. O arrendamento era a segunda alternativa mais importante. Em termos de número de estabelecimentos, entretanto, tanto a parceria como a simples ocupação assumem importância, especialmente esta última. Essas formas instáveis de acesso à terra, conjuntamente, predominavam sobre o número de estabelecimentos explorados pelos proprietários. Este mesmo quadro permanece em 1980 e 1985, com uma ligeira consolidação da propriedade, revertida no levantamento seguinte, acompanhando a tendência geral observada no País. No município de Itapeva destaca-se a importância do número de ocupantes, muitos deles acampados ou em assentamentos emergenciais.

A forma de utilização da terra mostra claramente uma tendência à expansão das áreas de matas plantadas. Em 1960, representava menos de 2% da área informada, ascendente para 17% em 1970, para

24% em 1980, permanecendo próxima a este nível em 1985. As áreas de mata natural decrescem de 16% para 10% durante o período. A expansão das matas plantadas está associada à utilização de terras ociosas.

As lavouras permanentes não têm importância no município. As áreas de pastagem mantêm-se praticamente constantes, em torno de 35% a 45% da área total. Em 1980 há um declínio que acompanha a expansão das culturas temporárias. Em 85 se restabelece o nível das áreas de pastagem, enquanto as temporárias se mantêm pelo declínio das áreas de matas naturais e terras não utilizadas.

Segundo os dados CATI/IEA, no período de 1983 a 1991, a área de pastagem ocupava mais de metade da área cultivada do município, apresentando uma expansão até 1986 e, então, se estabilizando. O rebanho que abriga é predominantemente do tipo misto e o leite produzido do tipo C. A suinocultura é uma atividade de alguma importância.

Entre as espécies de reflorestamento predomina o pinus, que ocupou em média, no período, 19,5% da área cultivada do município. O eucalipto vem a seguir, em ordem de importância, atingindo em média 3,15%. Das culturas temporárias, as mais importantes são milho e feijão.

6.3.2 - Fluxo migratório no assentamento

No assentamento Pirituba II Área I estavam assentadas 84 famílias. No levantamento realizado em 1990, foram entrevistadas 40. Destas, nove (22,5%) responderam afirmativamente a questão apresentada. Vieram dois sobrinhos, três irmãos, dois filhos, um genro e dois cunhados. Um caso não foi identificado. Três pessoas eram residentes na área rural e trabalhavam na agricultura. Os residentes na área urbana, com emprego no local, somavam três. Morando na área rural mas com emprego urbano apareceram dois casos. Duas pessoas provenientes da área rural não identificaram sua atividade profissional anterior, mas eram provavelmente da área rural, pois receberam lote. Somente uma pessoa residente na área urbana, que trabalhava na agricultura, buscou moradia no assentamento e justificou a vinda pela morte do pai.

Os casos realmente relevantes para o estudo são os cinco que informaram emprego urbano (50% dos casos encontrados). Nestes casos,

três alegaram perda do emprego urbano (33,3%).

No levantamento realizado em 1992, onze famílias responderam afirmativamente a essa questão (28%). As respostas obtidas mostram, entretanto, um perfil diferenciado do anterior. Quatro residiam em área urbana: um aposentado, uma dona de casa, um trabalhador rural e um pedreiro/agricultor. Em dois destes casos são pessoas idosas que vieram acompanhando pessoas da família, que se instalaram no acampamento. Houve mais um caso de parente idoso que veio por motivo de doença. Nestes casos, o assentamento parece ter melhor condição de abrigar familiares que representam mais despesa do que força de trabalho e que deveriam estar recebendo os recursos necessários para sua sobrevivência.

Das cinco informações que davam como local de moradia a área rural um é aposentado e procurou o assentamento por motivo de doença; dois são parentes que vivem perto e trabalham na agricultura. Estes últimos só buscam o assentamento quando estão com dificuldades de obter trabalho. Dois outros entrevistados vieram ao assentamento em busca de terra.

A existência de vários assentamentos e acampamentos próximos deve estar influenciando os resultados encontrados. Entre os dois levantamentos, o acampamento existente nas proximidades se instalou em lote na área do projeto. É possível que muitos destes que estão buscando terra estejam, na verdade, atrás de uma estratégia pessoal para resolver o problema do desemprego. Isto será o tema de outra etapa deste programa de pesquisa.

A maior distância dos centros urbanos industriais faz com que não haja nenhum caso de uso da área do assentamento, como local de moradia. Não houve também nenhum caso de desemprego urbano declarado, embora talvez se possa considerar o pedreiro/agricultor como um. Isto representaria 2,5% das famílias e 11,1% dos casos de "agregados" encontrados.

Pressupunha-se que este assentamento, por estar localizado em área de menores alternativas de emprego urbano e de pequena agricultura tradicional, poderia abrigar um maior número de desempregados das cidades. Isso não ocorreu. Parece ter prevalecido a organização do movimento de luta pela terra que encontra aqui ambiente favorável pelas características da estrutura fundiária e pela predominância de ati-

vidades pouco empregadoras de mão-de-obra: florestal e pecuária.

É interessante notar que, em relação aos municípios dos dois assentamentos anteriores, Pirituba apresentou maior expansão da arrecadação e, maior número de respostas afirmativas sobre a vinda de parentes ao assentamento, com mais de 50% dos casos identificados, motivados pela possibilidade de obter terra própria ou para trabalho (Tabelas 1 e 2).

6.4 - O Assentamento de Esmeralda

O assentamento de Esmeralda, demarcado em 1990, surgiu com base no PNRA. Localiza-se predominantemente no município de Pereira Barreto e dista cerca de 30 km desta cidade, e também de Guaraçai e Mirandópolis. Dos três núcleos urbanos, o primeiro é o mais importante, como referencial para os assentados, por isso limitou-se a caracterizar esse município.

6.4.1 - Características do município de Pereira Barreto

Está localizado na região do noroeste paulista e é banhado pelo Rio Paraná, distando cerca de 600 km de São Paulo.

Em 1960, cerca de 77% de sua população encontrava-se na área rural. Em 1970 cai para 29% e continua a declinar, atingindo 8,5% em 1991. A população total apresentou baixo crescimento nos anos 60, regrediu fortemente nos anos 70 (-3,61%) e pequeno crescimento duplicou nos anos 80 (0,68%).

Considerando o valor da produção em 80, pode-se afirmar que praticamente inexistente o setor secundário. Há um ligeiro predomínio da contribuição do setor primário (50,40%).

Em termos de emprego, o quadro é diferente. Os setores primário e secundário têm praticamente o mesmo percentual de população economicamente ativa (21,94% e 28,62%, respectivamente), ficando o setor terciário como o maior empregador (46,32%). Isto sugere o papel deste município como núcleo econômico para a região, ao mesmo tempo que mostra a fragilidade do setor rural como gerador de emprego.

O município apresenta índices de concentração fundiária superior a média do Estado mas ligeiramente declinante. Predominam as grandes propriedades que, em 1960, se apropriavam de quase 80% da área total. Este percentual declina ao longo do período, chegando a 70,16%, em 1985. Esta redução foi acompanhada de uma expansão de área das propriedades médias que inicialmente ocupavam 12,5% da área e terminaram o período com 21,5%, com crescimento também do número de estabelecimentos. As pequenas propriedades permanecem ocupando relativamente a mesma área, mas com expansão da área média.

A forma de acesso à terra, através da propriedade, predominava nos anos 70 (90% da área e 73% dos estabelecimentos). Segue em importância arrendamento, ocupação e parceria. Em 1980 expande-se o número de estabelecimentos ocupados que aumentam, refletindo possivelmente o movimento de luta pela terra.

Em 1960 já havia uma predominância das áreas de pastagem no município (62%), mas havia ainda parte importante de matas naturais (16%) e as culturas temporárias ocupavam 12%. Em 1970 a pastagem invade estas áreas e passa a ocupar 86% de toda área declarada. Este quadro só será ligeiramente revertido com a recuperação das culturas temporárias (14,21%), em 1985.

Os dados CATI/IEA revelam uma importância ainda maior das áreas de pastagem, embora apresentando um ligeiro declínio a partir de 1989. Em média, no período 1983-91, ocupou 88% da área total cultivada do município e/ou declarada à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O rebanho bovino é predominantemente misto e só há produção de leite tipo C.

As principais culturas anuais são: milho (4,6% em média) e feijão (1,8%). Existe alguma atividade de produção de ovos, mas a criação de aves para abate e de suínos é totalmente inexistente.

6.4.2 - Fluxo migratório no assentamento

É neste quadro de importância e concentração da atividade agrícola e da precariedade das alternativas de emprego que se localiza o assentamento estudado. Foram beneficiadas 90 famílias

das quais foram entrevistadas 38. Destas, nove responderam afirmativamente a questão colocada no levantamento de 1990, ou seja, 24%.

As respostas positivas indicaram, predominantemente, o local de residência anterior como área urbana (18,4%). Somente um indicou a área rural, sem profissão definida e um não forneceu resposta, mas definiu-se como tratorista.

Dos que informaram residência urbana dois tinham emprego aí (5,26%), quatro tinham emprego no meio rural (10,5%) e um não tinha chefe/cabeça de família empregado, embora se constituísse em uma unidade familiar (2,63%).

Um caso se ajusta claramente à hipótese de pesquisa (2,63%): trabalhador urbano que perdeu o emprego e veio para o assentamento. O outro não especificou a causa da vinda, só da saída: a saúde inabilitava-o para o trabalho agrícola.

Nos casos em que o trabalho se dava na área rural, três vieram para ajudar no pico do trabalho de colheita e plantio. Um veio para assumir um lote mas a saúde não permitiu.

No levantamento de 1992, quatorze assentados informaram ter recebido familiares e amigos durante os anos de 1991 e 1992, representando 37% das respostas.

Houve cinco casos de estabelecimentos que informaram a vinda de parentes que viviam em sedes de municípios, sendo que em três casos (7,9%) com emprego urbano e dois rural (5,26%). Dos três casos relevantes, um não informou a razão da vinda, outro veio temporariamente para construir a casa e por falta de serviço na cidade, outro por perda do emprego e para conseguir terra. Os outros dois casos de residência urbana informaram desempenhar trabalhos na área rural mas vieram por falta de serviço e para conseguir terra.

Houve nove casos de estabelecimentos que informaram que os visitantes residiam em distritos ou bairros rurais. Destes, seis informaram trabalhar na agricultura. Outros dois casos apresentaram profissões tipicamente urbanas: motorista e pedreiro. Um informou ser aposentado.

Em Esmeralda, houve um número significativo de pessoas que procuraram o assentamento embora nem todos com perfil que se supunha. Predominou a migração proveniente de bairros rurais e

que tinham como atividade principal o trabalho agrícola. O assentamento aparece aqui como um fator redutor da migração rural-urbano.

Há que se considerar, entretanto, que cinco estabelecimentos informaram ter recebido pessoas que tinham profissões urbanas. A dificuldade de acesso à terra fora do assentamento e as poucas possibilidades de emprego fora da agricultura foram os fatores explicativos detectados, apesar de ser o assentamento mais novo, com solos pobres e com menores condições de atender satisfatoriamente as necessidades destes "agregados". Isto deve estar associado às condições também mais desfavoráveis da região. O fato de ter se encontrado um único caso de aposentado deve estar associado à precariedade das condições de vida aí existentes.

Neste caso, o assentamento parece ter tido um duplo papel, o de consolidar a permanência da população na área rural e o de abrigar desempregados urbanos, provavelmente de vínculo tênue, dadas as características gerais da região. Parece haver evidências de que as regiões de fronteira do estado apresentam uma maior incidência de volta à terra, como "agregado". A distância dos centros urbanos e o menor dinamismo destes fazem com que o assentamento não seja visto simplesmente como uma alternativa de residência.

7 - CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo dos quatro assentamentos permitem constatar a pertinência do tema, assim como vislumbrar algumas das variáveis explicativas importantes para compreender os resultados obtidos.

Os percentuais de resposta afirmativa por assentamento mostram claramente que, quanto mais próximo de áreas de desenvolvimento econômico mais complexo, com maior relevância do setor secundário, e quanto mais consolidado o assentamento menor o papel desempenhado no acolhimento das situações-problema. Duas ordens de fatores devem estar atuando. Uma externa, que são as alternativas disponíveis fora do assentamento e outra interna, que é a exigência de eficiência econômica da unidade produtiva. Uma forma diferente de dizer que não há

distinção entre o mercado de trabalho rural e urbano.

Outro aspecto importante é o maior número de respostas positivas no segundo levantamento. Isso ocorre em todos os assentamentos, embora com menor número de anos, refletindo um efeito cumulativo da crise. Isso fica evidente tanto em termos dos que procuraram o assentamento por dificuldade em obter trabalho como, principalmente, para aqueles que por idade e/ou doença são excluídos naturalmente do mercado de trabalho. A utilização do assentamento como local de moradia só é possível nos casos em que há grande proximidade de centros urbanos prósperos: Araras e São José (Tabelas 3 e 4).

Nos assentamentos, o aprofundamento da crise se fez sentir mais diretamente na redução da migração para as zonas urbanas do que diretamente na absorção de desempregados das cidades (Tabela 3).

A concentração fundiária e a importância, em termos de área ocupada, de atividades pouco empregadoras de mão-de-obra podem também desempenhar um papel importante, como no caso de Esmeralda e Pirituba, por não criar alternativa de emprego para a mão-de-obra rural (Tabela 4).

A importância de formas precárias de acesso à terra parecem ter desempenhado papel importante na explicação dos resultados obtidos em Pirituba, por refletir a ação do movimento de luta pela terra.

De forma geral pode-se afirmar que o levantamento realizado nos assentamentos veio ratificar a hipótese do trabalho, isto é, a crise econômica parece estar, no Estado de São Paulo, levando desempregados urbanos a procurarem familiares nos assentamentos como uma estratégia pessoal para enfrentar a dificuldade de sobrevivência, quer seja buscando postos de trabalho, quer seja como local de moradia. Isso, entretanto, sem negar que os que buscam o assentamento parecem ser primordialmente trabalhadores rurais.

Esta conclusão sugere a relevância da extensão da pesquisa entre os agricultores comuns, não beneficiários da reforma agrária, pois o tamanho do lote, a proibição de arrendar ou dar parte das terras em parceria, a fiscalização dos técnicos do Departamento de Assuntos Fundiários e, principalmente, o tempo relativamente curto da existência dos assentamentos são fatores que devem ter atuado no

TABELA 3 - Caracterização da Motivação dos "Agregados" nos Assentamentos, 1990 e 1992
(em porcentagem)

Assenta- mento	Data de implantação	Número de lotes							
		Com migrantes		Com deslocamento urbano/rural		Usado local moradia		Com velhos e doentes	
		1990	1992	1990	1992 ¹	1990	1992	1990	1992
Araras	1984	7,14	14,29	7,14	-	-	14,29	-	-
São José	1987	-	25	-	-/8,33	-	4,17	-	8,33
Pirituba	1984	22,5	28	7,5	2,5/5,0	-	-	-	7,5
Esmeralda	1990	24	37	5,26	2,63/5,26	-	-	5,26	2,63

¹O segundo valor refere-se à porcentagem de respostas obtidas sem restringir pela identificação do lote.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, dados da pesquisa.

TABELA 4 - Características do "Em Torno" dos Assentamentos, 1985, 1989 e 1990

Assentamento	Posição Relativa					
	Rec. trib. 1989 (Cr\$)	Condição econômica do assentamento ¹ (1990)	Próx. cidade ²	Concentr. fundiária ¹ (1985)	Proprietários (%) (1985)	Atividade agrícola predominante em termos de área
Araras	7.492.000	1	1	2	90	cana (56%)/ pastagem (7%)
São José	4.138.600	2	2	1	91	pastagem (73%)
Pirituba	4.800.000	2	3	3	70	pastagem (50%)/ reflorestamento (19,5%)
Esmeralda	681.000	3	4	4	90	pastagem (88%)

¹Ordem crescente do município de pior (menor) condição econômica (concentração fundiária) para melhor (maior).

²Ordem crescente da mais próxima a mais distante.

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1989 (1991).

sentido de reduzir a importância do fenômeno. O interesse em estudar essas áreas, apesar destas restrições atuarem contra a hipótese do trabalho, reside no fato de o programa de trabalho estar orientado a avaliar se a reforma agrária pode atuar no sentido de reduzir os impactos sociais e econômicos durante períodos de crise, assim como qual a característica do imóvel que melhor pode desempenhar este papel.

Dessa forma, as outras etapas da pesquisa: os acampamentos, a evolução histórica das áreas de arrendamento e parceria no Estado de São Paulo e

levantamento direto, com base na amostra de previsão de safra CATI/IEA, trarão mais subsídios à questão.

Por outro lado, há que se considerar que os assentamentos têm contribuído como alternativa para sobrevivência familiar, como local de moradia para idosos ou para membros da família ampliada que para aí se transfere com seu próprio núcleo familiar, quando os assentamentos estão localizados próximos a centros urbanos. Com o aprofundamento da crise econômica nacional estes dois casos se mostraram mais relevantes.

NOTAS

¹Trabalho referente ao projeto SPTC 16-024/92. Recebido em 18/02/94. Liberado para publicação em 14/06/94.

²Economista, Dr., Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Segundo Veiga, um sistema desenvolvido para puxar água do poço que utilizava força usada pelo andar humano sem, entretanto, sair do lugar e segundo o dicionário Webster the english-portuguese pocket dictionary. New York, Pocket Book Inc., 1965. 401p.: "Moinho em que o movimento de rotação é produzido pelo peso de uma pessoa ou mais a subir de um degrau para o outro, de uma roda cilíndrica".

LITERATURA CITADA

ABRAMOVAY, Ricardo. As armadilhas da pequena produção. **Informações Econômicas**, SP, **22**(supl., 1):23-30, 1993.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1980. São Paulo, Fundação SEADE, 1981. 797p.

_____, 1986. São Paulo, Fundação SEADE, 1987. 583p.

_____, 1989. São Paulo, Fundação SEADE, 1991. 431p.

BAIARDI, Amilcar. A penetração do capitalismo na agricultura e a reforma agrária. **Reforma Agrária**, Campinas, **12**(01):3-13, jan./fev. 1982.

BESKOW, Pompeu. **O arrendamento capitalista na agricultura brasileira**. São Paulo, HUCITEC, 1986.

BORGES, Pompeu A. A reforma agrária. **Reforma Agrária**, Campinas, **8**(6):34-45, nov./dez. 1978.

BRANT, Vinícius C. A questão agrária e o momento atual: diferenças de concepção ou de estratégia? _____, Campinas, **10**(4/5):115-119, jul./ago. - set./out. 1980.

CARVALHO, A. V. Reforma agrária: união e cisão no bloco agrário industrial. In: ARAÚJO, B. org. **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

CASTRO, Paulo R. **Barões e bóias-frias: repensando a questão agrária no Brasil**. São Paulo, APEC/CEDES, 1982.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas, UNICAMP/ ICONE, 1985. 240p.

DUARTE, J. C. & QUEDA, Oriowaldo. Agricul-

- tura e acumulação: algumas questões. **Debate e Crítica**, SP, jan./jul. 1974.
- ESTERCI, Neide et alii. Assentamentos rurais. Um convite ao debate. **Reforma Agrária**, Campinas, **22(3)**:4-15, set./dez. 1992.
- GRAZIANO DA SILVA, José F. Por um novo programa agrário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 31. Ilhéus, BA. **Anais...** Brasília, SOBER, 1993. v.2, p.956-72.
- _____. A questão agrária no Brasil. **Reforma Agrária**, Campinas, **7(6)**:19-31, nov./dez. 1977.
- _____. Reforma agrária, já? _____, Campinas, **15(2)**:5-18, maio/jul. 1985.
- _____. Mas qual reforma agrária? _____, Campinas, **17(1)**:11-60, abr./jul. 1987.
- GUIMARÃES, Alberto P. Subsídios para a formulação de uma estrutura agrária. _____, Campinas, **7(6)**:3-10, nov./dez. 1977.
- _____. A agricultura capitalista: uma perspectiva de inviabilidade? _____, Campinas, **8(6)**:4-10, nov./dez. 1978.
- LOPES, Juarez R.B. A tecnificação dos pequenos produtores em São Paulo. _____, Campinas, **10(4/5)**:85-88, jul./ago. - set./out. 1980.
- MARTINS, José de S. A questão agrária no Brasil. _____, Campinas, **5(7/8)**:2-8, jul./ago. 1975.
- _____. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MINC, Carlos. **A reconquista da terra**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo, HUCITEC, 1989. 149p.
- PAIVA, Ruy M. Os objetivos econômicos da reforma agrária. In: **SEMINÁRIO A NOVA REPÚBLICA: estado e sociedade**. Rio de Janeiro, Iupeij, ago. 1985.
- _____. Agricultura, desenvolvimento econômico e pobreza. **Reforma Agrária**, Campinas, **7(6)**:32-37, nov./dez. 1977.
- POLETTO, Ivo. O futuro da questão agrária brasileira. _____, Campinas, **19(2)**:7-10; ago./nov. 1989.
- PRADO JUNIOR, Caio. O problema agrário brasileiro. _____, Campinas, **7(6)**:38-42, nov./dez. 1977.
- QUEDA, Oriowaldo. Formas de propriedade e tecnologia: algumas reflexões. _____, Campinas, **10(2)**:34-38, mar./abr. 1980.
- RANGEL, Ignácio. Crise agrária e metrópole. _____, Campinas, **16(1)**:4-8, abr./jul. 1986.
- _____. Recapitulando a questão agrária brasileira. _____, Campinas, **8(6)**:11-18, nov./dez. 1977.
- _____. Estrutura agrária, sociedade e estado. _____, Campinas, **8(6)**:25-33, nov./dez. 1978.
- REGO, Rubem M.L.; SILVA, Sérgio S.; COSTA, Vera M.M. A questão agrária e o momento atual. _____, Campinas, **10(4/5)**:102-105, jul./ago.-set./out. 1980.
- RIBEIRO, Ivan O. Rumos da política fundiária. _____, Campinas, **10(4/5)**:15-19, jul./ago. set./out. 1980.
- ROMEIRO, Ademar R. Reforma agrária e distribuição de renda. **Reforma Agrária**, Campinas, **21(1)**:4-22, jan./abr. 1991.

- RYFF, Tito. Preço da terra e acumulação de capital no setor agrícola. **Reforma Agrária**, Campinas, **8(6)**:11-17, nov./dez. 1978.
- SAMPAIO, Plínio A. & GRAZIANO DA SILVA, José. A questão agrária no Brasil. O que realmente mudou nos anos 80/85? Campinas, **17(3)**:11-19, dez./-87/mar./1988.
- SOARES, G.A.D. **A questão agrária na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- SORJ, Bernardo. A reforma agrária na realidade atual brasileira. **Reforma Agrária**, Campinas, **8(2)**: 9-16, mar./abr. 1978.
- SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- VEIGA, José E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo, HUCITEC, 1991.
- VELHO, Otávio G. Da aparente relação entre concepção e estratégia. **Reforma Agrária**, Campinas, **10(4/5)**:106-114, jul./ago.-set/out. 1980.